

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 1.944, DE 2003

Define condições para circulação de veículos automotores em áreas urbanas tombadas e dá outras providências

Autor: Deputado GONZAGA PATRIOTA

Relatora: Deputada TELMA DE SOUZA

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe estabelece que as áreas urbanas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, devem ser mapeadas e classificadas, para efeitos de circulação de veículos automotores, em quatro categorias:

I – de máxima restrição: permitindo a circulação apenas de veículos de polícia, de socorro de incêndio e salvamento e ambulâncias;

II – de média restrição: permitindo a circulação de veículos mencionados no inciso I, bem como de veículos de pequeno porte, de aluguel, ou pertencentes aos moradores de imóveis situados na área;

III – de mínima restrição: permitindo a circulação dos veículos mencionados no inciso I, bem como de qualquer veículo de pequeno porte;

IV – sem restrição: permitindo a circulação de qualquer veículo automotor.

Determina, o projeto, que o mapeamento e a classificação supra-discriminada devem fazer parte do processo de tombamento. Para as



46A345A453

áreas urbanas já tombadas, o mapeamento e a classificação deverão estar concluídos no prazo de 180 dias após a entrada em vigor da lei decorrente deste PL. A fiscalização pelo cumprimento das restrições impostas ficará a cargo da repartição de trânsito competente.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas a esta proposição.

O PL em exame foi apreciado na Comissão de Educação e Cultura onde recebeu parecer pela sua aprovação.

II – VOTO DA RELATORA

As preocupações que nortearam esta iniciativa em exame são louváveis, uma vez que o Brasil não pode deixar de valorizar o seu patrimônio histórico e deve tomar as medidas cabíveis para preservá-lo com a devida atenção e cuidados técnicos, que, felizmente, estão sob a competência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o IPHAN.

No que concerne à restrição, ou não, do trânsito de veículos em áreas mapeadas, em função de seu tombamento pelo IPHAN, temos a considerar que cada caso deverá ser tratado de modo particular, conforme as características urbanas em que se encontra o sítio a ser protegido.

Nem sempre se pode colocar em uma redoma de proteção determinadas áreas nobres da cidade, sob o risco de inviabilizá-las em termos de uso e torná-las zonas “mortas”, sem a necessária animação urbana. Assim, os locais protegidos precisam continuar sendo acessíveis de uma forma ou de outra, ainda que tenham o trânsito de veículos, nelas, até certo ponto, limitado.

Vários países europeus protegem dessa forma o seu patrimônio histórico, sempre com o cuidado de manter vivos e dinâmicos os espaços correspondentes a esse patrimônio a proteger, que são previamente mapeados. Contudo, cada caso é tratado de forma particular, em função das características urbanas. Para isso, lançam mão de Planos Diretores de



ordenamento do espaço urbano. Essa é uma experiência muito conhecida, principalmente por conta de delimitação de zonas exclusivas para circulação de pedestres, que também existem e funcionam em nosso País.

No Brasil, temos, conforme estabelece a nossa Constituição Federal em seu art. 182, a exigência de elaboração de Planos Diretores para cidades com mais de vinte mil habitantes. Em adequação ao Plano Diretor é que devem, portanto, ser mapeadas as diferentes zonas, inclusive as que merecem tratamento especial com relação à circulação de veículos, com vistas à proteção do patrimônio histórico.

Para esse caso específico, impõe-se levar em conta a necessária articulação com as áreas circunvizinhas, de funções diferenciadas, com seus esquemas de circulação, fluxo e escoamento de tráfego, além de áreas de estacionamento, para não prejudicar as atividades que aí se desenvolvem, nem quebrar a dinâmica urbana.

Por isso, referido tratamento precisa ser pensado e proposto no âmbito do Plano Diretor e não na forma de uma lei federal englobando indiscriminadamente todos os casos, como propõe o projeto, pois, dessa maneira, ficariam desconsideradas as questões urbanas locais e específicas, inclusive os esquemas de trânsito e a engenharia de tráfego peculiares a cada cidade, essenciais ao seu funcionamento.

Assim, diante da irredutibilidade desses aspectos evidenciados, somos pela rejeição do PL nº 1.944, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputada TELMA DE SOUZA
Relatora



46A345A453



46A345A453